

Fernando de Castro Brandão

Falar do homem e da obra exige conhecimentos profundos¹. Infelizmente, não é esse o meu caso. Como diplomata, a diferença etária leva-me a encontrar o Embaixador Calvet de Magalhães em plenas funções de Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Sob a sua égide realizou-se, nos idos de 1972, o regular concurso à carreira, para o qual fui um dos candidatos. Entre os procedimentos contava-se uma entrevista com todos os Directores-Gerais, presidida pelo Chefe da Casa. E aí foi o nosso primeiro contacto. Desse momento guardo indelével lembrança da afabilidade e inteligência com que conduziu o diálogo, de cuja impressão geral fazia-se depender, em boa parte, a classificação do aspirante a diplomata. Talvez com excessiva presunção, creio, à luz do resultado obtido, que o parecer determinante do «Presidente de Júri», não terá sido desfavorável ...

Pouca ou nenhuma relação houve entre nós depois do meu ingresso nas Necessidades. A abismal distância hierárquica não a favorecia. Sobrevindo o 25 de Abril ambos rumámos a destinos bem diversos. Ao Embaixador, em inequívoco preito de reconhecimento pelos seus méritos, coroava-se-lhe a carreira com o ambicionado posto do Vaticano. O Adido, qual «Maria vai com as outras», marchou em boa ordem para as plagas sulistas do Brasil. Um, para a sua derradeira missão diplomática no exterior; o outro, para dar os primeiros passos nesse mundo de aparente sortilégio.

Quis o destino que a separação não fosse definitiva. Alguns anos volvidos, deu-se o reencontro pela mão do Ministro Vasco Futscher Pereira. Criando este uma Comissão que editasse trabalhos ou documentos de interesse para o Ministério, aceitou o Embaixador Calvet de Magalhães dela ser o principal responsável, secretariado pelo autor.

Assim nasceu a Biblioteca Diplomática, cujo processo, pejado de dificuldades, vê-se agora novamente ressurgido, sob a tutela do seu originário orientador e com o qual, em boa hora, retomei a colaboração.

Em 1915 Portugal continua a debater-se na instabilidade política e social acentuada com o advento da República. Manuel de Arriaga ocupa há quatro anos a Presidência. O «Movimento das Espadas» guinda Pimenta de Castro à chefia do Governo ditatorial. Dá-se a requisição dos navios alemães, preâmbulo da entrada do país na Guerra. Derruba-se o Governo da ditadura. Assume o executivo de José Ribeiro de Castro. Resigna Manuel de Arriaga, retornando à presidência Teófilo Braga como interino. Realiza-se a Canonização de Santo António de Lisboa. Bernardino Machado é eleito Presidente da República morre Ramalho Ortigão.

E, em Lisboa, na freguesia das Mercês, nasce, às 12 horas, do dia 26 de Outubro, um indivíduo do sexo masculino a quem foi posto o nome de José Thomaz Cabral Calvet de Magalhães.

Oriundo de uma família com fortes raízes na região entre Douro e Minho, o seu apelido entronca nos Sousa Pinto de Magalhães. Com um bisavô vintista e Presidente das Cortes até 1860, dá-se a transferência do agregado familiar para Lisboa.

Para evitar a confusão entre pai e filho com o mesmo nome próprio, adopta-se então, do ramo feminino, o apelido Calvet. E é já um Calvet de Magalhães, seu avô João, que assumirá a Pasta das Obras Públicas no último governo da monarquia.

No percurso da adolescência vivida, habitualmente, sempre como aluno do Liceu Passos Manuel, impõe-se no 5º ano a inexorável escolha de uma carreira. A Marinha surgia como horizonte mais atractivo. Mas a miopia precoce e a clara inclinação para as humanidades arredaram definitivamente a hipótese.

Aguçado pela curiosidade de conhecer Mundo tomou corpo a alternativa da diplomacia; e o curso de Direito a via mais adequada para nela ingressar. Por ironia, o próprio dever do serviço militar, que o mancebo queria cumprir, não logrou passar de mero propósito. Contando com um primo, médico na Junta de Recrutamento, a ele apelou para ser incorporado. Devido às limitações do contingente e à confessada confusão do parente, fica livre da tropa, dela sendo isento definitivamente em 1935.

Sem sobressaltos, obtida a licenciatura, candidata-se, com 26 anos, ao concurso para Adidos de Embaixada, aberto em Janeiro de 1941. Das seis vagas, três eram para o quadro diplomático e as restantes para o consular. Contra o parecer do todo poderoso Secretário-Geral Teixeira de Sampaio, que pretendia avocá-lo ao primeiro, alegadamente por melhor perfil, Calvet de Magalhães, não sem alguma resistência, fará valer o seu empenho pessoal em ingressar no Ministério como Cônsul. As razões, conforme nos esclareceu, eram simples mas ponderosas: garantir, desde o início, uma autonomia funcional sem dependências e evitar os dolosos encargos financeiros subjacentes à vida diplomática nas grandes capitais. O futuro encarregar-se-á de lhe pregar boa partida, quanto a esta última salvaguarda.

Cumprida a normal permanência como Adido na Secretaria de Estado, é nomeado para Cônsul Adjunto do Consulado Geral em Nova Iorque. Ao que tudo indica, o interesse de Teixeira de Sampaio em aproveitá-lo para a actividade diplomática não se esfumara. Por isso, poucos meses após assumir o cargo, vê-se transferido para a Embaixada em Washington.

Seria igualmente breve a sua estadia ali. Porém, tempo suficiente para travar conhecimento com uma luso-descendente, que à Chancelaria acorrera na busca de um professor, cuidando de aprimorar o seu português. Se o encontrou, ignoramos. O que de ciência certa se sabe é o ter topado com o jovem diplomata, com quem viria a partilhar o resto de toda uma vida.

Por premente conveniência de serviço é-lhe imposta nova mudança, desta feita para, interinamente, gerir o Consulado em Boston. Mas apenas meio ano após tê-lo assumido recebe uma comunicação do Ministério para partir, «quanto antes» com destino ao Posto Consular de Cantão.

A inesperada ordem surpreendo-o nos preparativos para o matrimónio, cuja realização se vê obrigado a apressar. Vigorava então um férreo regulamento, que proibia o casamento dos diplomatas com estrangeiras. E a eleita, embora sendo luso-descendente mas nascida nos Estados Unidos, adquirira a nacionalidade americana pelo princípio de *Jus Solis*. Houve por isso que travar uma árdua batalha jurídica. Calvet de Magalhães, recorrendo-se da sua boa preparação em Direito, consegue provar a discrepância existente entre a lei orgânica omissa na matéria e o regulamento naquela baseado, o qual determinava o impedimento. Através de hábil argumentação demonstra não haver fundamento legal para o obstáculo, em virtude da cidadã em causa nunca haver perdido a sua nacionalidade originária, que era a portuguesa.

A questão é levada ao Conselho do Ministério. O ministro interino, Oliveira Salazar, dá a sua concordância e a autorização concede-se.

Mas restava ainda um último escolho a vencer. Por imperativos legais norte-americanos, não era possível a invocação da dupla nacionalidade. O problema obvia-se rapidamente, transferindo a cerimónia para Montreal, no Canadá. E o enlace por fim realiza-se, a 25 de Junho de 1946 na catedral de St. James com Linda Ann Marie d'Oliveira, a cuja memória respeitosamente me curvo.

De passagem por Lisboa para receber instruções, Marcelo Mathias, Secretário-Geral interino, não lhe esconde a delicadeza da missão. A turbulência política na China gerara activos movimentos populares, reclamando a restituição dos Territórios de Macau e Hong Kong. E o fulcro dessas manifestações centrava-se exactamente na província cantonesa, distante e imune a qualquer possível interferência da nossa Legação em Nanquim. Daí a urgência do preenchimento do Posto, como ponto nevrálgico de observação e para tentar minimizar a hostilidade das campanhas.

À já de si difícil incumbência, somavam-se as dificuldades de um país devastado pela guerra civil. Calvet de Magalhães disso teve plena consciência, mas também a convicção de ser um desafio indeclinável. De facto, apenas com cinco anos de carreira, aquela nomeação significava uma prova de confiança, já que a dificuldade da tarefa deveria exigir alguém de hierarquia superior e maior traquejo.

Assim parece ter sido também entendido pelo Ministério pois, um ano volvido sobre a chegada a Cantão, promove-o a Cônsul de 2ª. Classe. O tempo ali decorrido, sobre ser árduo foi profícuo. Infatigavelmente dava parte a Lisboa do evoluir célere dos acontecimentos. Analítico por natureza e atento às realidades entregou-se com afinco ao exame da conjuntura, cuidando de compreendê-la através do estudo aprofundado da história e cultura chinesas.

O ambiente inquietante e adverso, marcado pela ausência de apoios, acentuavam o isolamento, só amparado pela mulher e o filho Pedro, entretanto nascido. Sem receber a mínima colaboração das autoridades de Macau, do facto se queixa em relatório anual para o MNE. Mas nele, sobretudo, expõe a sua percepção dos problemas daquele nosso território face à China, desenha perspectivas e sugere soluções.

«A atitude chinesa perante Macau e o futuro da nossa Colónia,» como titulóu aquele trabalho, estará na base de um livro muito posteriormente publicado *Macau e a China no Após-Guerra* (1992), que nesta invocação nos guia.

A reacção no governo português que dele houve, excedeu em muito qualquer expectativa mais optimista porventura alimentada pelo autor. Assim o prova o apreço logo manifestado pelo titular da pasta, Caeiro da Mata, ao qual se juntou o louvor do próprio Presidente do Conselho. Numa atitude pouco comum em casos análogos, Oliveira Salazar exara o seguinte despacho: «Li com apreço o relatório. Concordo que se faça chegar ao Cônsul umas palavras de elogio pelo seu trabalho. A política do governo tem sido conduzida na orientação geral que se deduz no relatório. Entende-se que deve haver contacto entre os Consulados de Cantão e Hong-Kong e o Governo de Macau; mas não há necessidade de constituir o Conselho aludido no relatório. (10-8-1947)».

A aprovação obtida em Lisboa por este relato fez ganhar ao jovem Cônsul a confiança para prosseguir na conduta proposta. Sem vacilações, envidou esforços para que se evitassem excessivas dependências à geopolítica britânica na área. E, no seu microcosmo consular, logrou que as repercussões dos problemas de Hong Kong afectassem o mínimo possível o seu relacionamento com as autoridades cantonesas.

Outro dos êxitos alcançado foi conseguir intensificar a cooperação entre Macau e Cantão. Problema de sempre, avultava o do contrabando. Para o debelar, Calvet de Magalhães manobrou sagazmente a colaboração solicitada ao Governo de Macau. A exportação ilegal de arroz daquele território com destino a Hong Kong viu-se proibida. A reciprocidade chinesa não tardou e, em Janeiro de 1949, assinava-se em Cantão o chamado «acordo do arroz». Graças a este, legalizava-se a exportação do produto para Macau, cuja proibição jamais fora levantada.

A excepcionalidade da medida, sobre ser testemunho manifesto de inusitada harmonia, suscitou admiração geral, sobretudo em Hong Kong, onde o nosso prestígio e imagem saíram claramente fortalecidos. Desde a sua chegada a posto que Calvet de Magalhães pretendia fazer atenuar as constantes campanhas da imprensa contra Macau, embora com pouco ou nenhum sucesso. O momento particularmente favorável então instalado deu-lhe a almejada oportunidade. Sem perda de tempo e com assentimento do Governo de Macau, promoveu àquele território a visita de um grupo de 22 jornalistas, representantes da quase totalidade dos jornais cantoneses.

O êxito não poderia ter sido maior. Fidalgamente recebidos, puderam verificar no terreno muitos dos aspectos positivos da presença portuguesa em Macau. Detalhe particular retiveram da considerável obra de assistência prestada aos chineses carenciados, que se estendia, em alguns casos, a residentes nas zonas limítrofes da colónia.

O imparável avanço das forças comunistas acentuava a ameaça sobre Cantão. Contra outras opiniões, até de colegas, Calvet de Magalhães previu o desenlace de uma resistência frágil e inconsequente. Sem alarmismos, aguardou os acontecimentos, dos quais ia informando Lisboa.

Por finais de 1948, quando Nanquin já se encontrava praticamente sitiada, recebeu instruções para ali se deslocar. Tornava-se indispensável retirar da Legação importantes documentos do Arquivo respeitantes a Macau.

Em jeito pouco habitual da sua circumspecta maneira de ser, narra-nos o episódio, que apelida de «viagem um tanto aventureira», no livro atrás referido. A ocupação de Cantão pelos exércitos maoistas, efectuada em Outubro de 1949, não trouxe, felizmente, trágicas consequências para os representantes consulares. Apenas piorando as condições de vida, foram votados a um «orgulhoso desprezo». Sem qualquer reconhecimento oficial, o Cônsul de Portugal, por descaso ou negligência do Governo português, foi ali deixado permanecer por mais um ano.

Só graças à remodelação do executivo, em 1950, e com a posse do novo titular, Paulo Cunha, Calvet de Magalhães obteve a mais que devida e justa ordem de partida com destino a Lisboa. Escrevia-se assim uma página fecunda sobre a acção consular, daquele que seria o último Cônsul português em Cantão.

Por ironia do destino e não só, a sua ligação a Macau iria continuar. Entre a alternativa de gerir o Consulado em Génova ou ocupar o lugar de Secretário na Embaixada em Paris, Calvet de Magalhães manifestou preferência pelo primeiro. Porém, como o próprio nos diz, fortes pressões da hierarquia do MNE fizeram vencer a segunda.

Ei-lo, portanto, na cidade luz, agora no quadro diplomático, onde o aguardavam funções desde logo relevantes. Em inequívoca prova do prestígio alcançado no seu primeiro posto, integra a delegação portuguesa junto do Conselho Permanente da NATO. Antes, porém, fora já decidido que participasse num organismo conhecido por COCOM. Tratava-se do Comité internacional permanente para coordenação de

medidas a adoptar pelos países Ocidentais com vista ao embargo de exportações de produtos estratégicos destinados ao bloco sino-soviético.

Logicamente, os apertados controles que se impunham vieram brigar com a eterna prática do contrabando entre a China e Macau, que o aturado empenho de Cônsul Calvet de Magalhães fizera atenuar, mas não extinguir. Assim, cumulativamente às suas funções na OTAN e durante cinco anos sobre o, entretanto promovido, primeiro secretário de Legação, recaiu também a responsabilidade de representar Portugal no COCOM.

Cumprer ressaltar que, no meu ponto de vista, a escolha não poderia ter sido mais pertinente e adequada. E a contrariar o que amiúde ocorre no Palácio das Necessidades, quando determinado funcionário, sendo bilingue em francês ou inglês, é destinado a país de língua alemã, sob o pretexto de, assim, aprender outro idioma...

A missão recebida apresentou-se das mais difíceis da sua carreira, confessado pelo próprio. E, se a bom termo foi levada, muito contribuiu a vasta e profunda experiência adquirida em Cantão.

Importa não esquecer que, nas duras funções consulares, Calvet de Magalhães não deixou de teorizar os seus conhecimentos práticos em substanciais relatórios. Anualmente, como estava regulamentado, elaborou densos e bem documentados trabalhos. Para além dos já citados, registem-se mais dois: «Macau e os Comunistas Chineses» e «Algumas considerações sobre o conflito coreano». Em ambos, o jovem diplomata não se limita a demonstrar o domínio empírico das matérias versadas. Vai mais além: faz considerações próprias formulando dúvidas e adiantando hipóteses. Exemplo, há que sublinhá-lo, nem sempre partilhado na época pelos seus pares.

E é ainda com base na fecunda aprendizagem dos assuntos de Macau que voltará ao tema. Embora no exercício de funções bem diversas na NATO, redige a monografia obrigatória para o Concurso de Conselheiros de Embaixada. Desse esforço acrescido surge o trabalho, também inédito, que intitulou «Alguns Aspectos da Defesa Diplomática de Macau no Após-Guerra».

Cumprer, nesta altura, referir mais um detalhe deste arremedo de biografia. Por se encontrar em Paris, Calvet de Magalhães só tardiamente foi informado da abertura do concurso. Com prazo limitado, recorreu à matéria que melhor dominava. A angústia do tempo não lhe facultou a possibilidade de uma reflexão tão elaborada quanto pretendia.

Ainda assim, a tese concitou aprovação unânime do Júri, presidido por Vasco da Cunha. Remanesceu a mágoa do candidato por não ter logrado o brilhantismo a que, em circunstâncias normais, podia naturalmente aspirar.

A prolongada permanência em Paris, exactamente 13 anos, permite-lhe o reencontro com uma vocação de sempre: os assuntos económicos. De facto, convém esclarecer que, recém-ingressado no Ministério, Calvet de Magalhães escolhe como tema do seu primeiro relatório, em 1943, a «Economia da Guerra». E, quando ainda em Boston, portanto nos princípios da carreira, pública um estudo biográfico sobre José Acúrcio das Neves. Exemplo de clareza, ali manifesta o seu pendor para a História. Discorrendo sobre a época, através dela explica as vicissitudes de uma vida e os contornos da respectiva obra.

As novas perspectivas profissionais agora abertas como que o submergem no mundo da diplomacia económica. Por deliberação do Conselho de Ministros (1955) é nomeado chefe de Delegação permanente

da Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa e Representante junto da Organização Europeia da Cooperação Económica.

Doravante o Conselheiro Calvet de Magalhães, dedicar-se-á a tempo inteiro à actividade diplomática multilateral. Trabalho complexo, desdobra a sua presença nos vários hemiciclos, carregando a responsabilidade das chefias e cargos assumidos. Bastará consultar a extensa resenha do Anuário Diplomático, onde constam as inúmeras delegações a que presidiu, para se ter ideia da amplitude e importância dos assuntos por si tratados ao longo da estada em Paris.

Será obra para erguer e muito o desejaria, estando-se para isso a envidar esforços, o estudo sistemático dessa produtiva e absorvente actividade. Tem-se como adquirido que Teixeira Guerra e Calvet de Magalhães foram pedras basilares para o ingresso de Portugal no cenário económico europeu do pós-guerra. Trilharam, de facto, caminhos análogos quer em Paris, quer, subsequentemente, ocupando o lugar de Director Geral dos Negócios Económicos e Consulares do MNE. Promovido a Ministro Plenipotenciário de 2ª classe Calvet de Magalhães, além de continuar na chefia da Delegação Permanente da Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa, assume as funções de Representante de Portugal junto da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE).

Criado em 1948, este organismo permanece actuante após o termo do «Plano Marshall» e a prestar enorme serviço à futura construção Europeia. É aí que o nosso biografado, como pouco antes fizera Teixeira Guerra, desenvolve uma acção de grande acuidade e eficiência. No intuito de buscar fórmulas ainda mais eficazes de cooperação internacional Jean Monet lançar-se-á ao grande desígnio de colocar sob a direcção de uma Alta Autoridade Comum as produções francesa e alemã do aço e do carvão. Plano ousado, visava essencialmente evitar confrontos futuros entre as duas nações, promovendo outrossim a autonomia económica da Europa pela via da integração e da racionalização. Assim nasce a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, na qual a representação portuguesa é entregue ao Ministro Calvet de Magalhães.

Cabe lembrar que no Tratado de Roma se desenhara o núcleo de países fundadores da Comunidade Económica Europeia. Com a exclusão da Grã-Bretanha, por obra e graça do veto de De Gaulle, o Governo londrino apostará na formação de um agrupamento alternativo. Ao chamado «grupo dos seis» ou EFTA, juntar-se-á Portugal, por um «golpe de sorte», no dizer do Embaixador Ruy Teixeira Guerra.

Quiçá por excessiva descrição ou modéstia, a verdade dos factos não parece querer dar razão ao nosso diplomata. Tentando reconstituir a conjuntura, importa sublinhar o enquadramento em que tudo se passou e no qual Teixeira Guerra e Calvet de Magalhães tiveram intervenção fundamental. Quando o primeiro deixa a OECE, transferido para Lisboa como Director-Geral dos Negócios Económicos, é substituído naquele organismo pelo segundo. Creio que, não fortuitamente, ficaram assim criadas as condições essenciais à indispensável articulação para lograr a integração de Portugal na EFTA. Um em Lisboa, o outro em Paris, conjugaram esforços e acertaram estratégias que evitassem a exclusão portuguesa daquele novo areópago, inicialmente apenas pensado a seis.

Deu-se então o episódio susceptível de justificar o que o Embaixador Teixeira Guerra subestimou como «golpe de sorte». Havendo conhecimento de estar aprazada uma primeira reunião dos 6 países que iriam constituir a EFTA, sem que para a mesma Portugal fosse convidado, decidiu-se nela fazer comparecer o nosso representante junto da OECE, Calvet de Magalhães. Ora, como amiúde acontece em tais circunstâncias, nenhum dos participantes ousou questionar a presença do «intruso». Desta feita, segundo

a informação amiga do Embaixador Luís Figueira, o nosso país viu-se tacitamente admitido no ambicionado «grupo dos outros seis», que passaram a sete...

A participação de Portugal nos trabalhos posteriores e os excelentes resultados obtidos não parecem autorizar a ideia de «golpe de sorte» que, aliás, como se viu, não foi tal. Sublinha-se ainda que, graças à persistente acção do dueto «Guerra-Calvet» foram ultrapassados os maiores obstáculos entre os parceiros ricos e um Portugal remediado. E não será por acaso que o nosso país alcança um tratamento especial, contido no anexo G da Convenção de Estocolmo (4-1-1960), a partir da qual fará parte de pleno direito da chamada «pequena zona de Comércio Livre», ou EFTA.

Continuando na capital francesa e pela ampliação da OECE, organismo europeu, em OCDE, integrando países como os EUA, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, caberá a Calvet de Magalhães assumir ali o lugar do nosso Representante Permanente. E, cerca de um ano depois (1962), concedendo-se-lhe já o título honorífico de Embaixador, é nomeado Chefe da Delegação Portuguesa junto à CEE e na Agência Internacional da Energia Atómica.

Por esta altura e com Teixeira Guerra colocado já em Berna, a parceria dos dois convictos europeístas continuava a funcionar. Sem que entre em maiores detalhes, salienta-se ter sido um período de trabalhoso afã, em prol dos interesses portugueses no concerto europeu. Não deverá esquecer-se que, bem ao contrário do que muitos agora julgam, remonta a esta época o início dos primeiros contactos de Calvet de Magalhães para a adesão portuguesa à Comunidade Económica Europeia. Assim o atesta a carta de Oliveira Salazar ao Presidente do Conselho de Ministros da CEE, de 18 de Maio de 1961, solicitando a abertura de negociações com aquele espaço político e económico.

Refira-se ainda que a missiva teve resposta a 19 de Dezembro do ano seguinte, onde era sugerido o dia 11 de Fevereiro de 1963, para encetar as conversações. Sem embargo e mau grado todo o empenhamento dos nossos Representantes, a conjuntura internacional contra Portugal agravava-se de tal modo, que o almejado diálogo será adiado *sine die*...Creio afirmar uma verdade dizendo que a actuação em Paris de Calvet de Magalhães rolou sempre em inequívoco plano ascensional.

Pelo menos e ao que parece, assim foi entendido no Palácio das Necessidades, cujo titular, Franco Nogueira, decidirá chamá-lo para a alta função de Director Geral dos Negócios Económicos e Consulares. Corria o ano de 1964 e o governo português enfrentava a consolidação da orquestrada hostilidade internacional.

Era a década *terribilis* em que os tormentosos problemas políticos se sobrepunham às questões económicas externas. Daí, porventura, que a Direcção-Geral daquela área tivesse sido entregue a quem, por maior experiência, bom senso e subtilidade, assegurasse uma gestão de forma praticamente autónoma. Dos vários testemunhos recolhidos é total a convergência de opiniões. Calvet de Magalhães desfrutava de uma absoluta confiança profissional, que lhe permitiu, sem entraves, prosseguir na senda do caminho antes trilhado.

Porém, o leque da actividade ampliara-se. A acção multilateral seria agora acrescida dos assuntos bilaterais e consulares, numa abrangência em que se inscreveram múltiplas iniciativas e negociações. Para só respigar algumas das mais importantes cito o dossier sobre a base dos Açores, cuja complexidade o ocuparia por vários anos; de não menor significado avulta Cabora Bassa, «negociada magistralmente», no dizer de alguém insuspeito; as negociações com o Brasil no âmbito das relações comerciais e de

cooperação económica e técnica; o acordo comercial com o Japão; as conversações luso-espanholas para aproveitamento dos rios internacionais e quantos outros assuntos cuja enumeração preenche três páginas da sua nota biográfica do Anuário Diplomático. Curiosa e surpreendentemente, Calvet de Magalhães, ainda que assoberbado de trabalho, não abandona a sua produção como investigador.

Atingido o topo da hierarquia do MNE na esfera económica, publica, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, a sua suculenta *História do Pensamento Económico em Portugal: da Idade Média ao Mercantilismo*. Trata-se, porventura, da obra de maior fôlego sobre matéria que lhe era cara e à qual, como vimos, já havia dedicado particular atenção. Fruto de um aturado esforço de 20 anos (esclarece no prefácio), esteve várias vezes tentado a desistir da sua conclusão. Em boa hora o não fez, por entender que a história das ideias contém em si o âmbito fundamental para o conhecimento dos povos.

Por isso se lança ao «penoso estudo» de teorias e práticas, desde os escolásticos medievais aos mercantilistas de setecentos. O critério selectivo que adopta não se radica apenas em autores historicamente consagrados, mas em quantos, embora menos notáveis, tiveram marcada influência para o pensamento económico de uma época. Daí o cuidado de registar o quase desconhecido Frei João Sobrinho a par de um Padre António Vieira ou de um D. Luís da Cunha.

Cerca de 40 são os teóricos escolhidos, para nos proporcionar este minucioso estudo que, à época (1966), constituirá marco de incontornável referência. O conturbado período pós-25 de Abril de 1974 apenas beliscou o MNE. Como é sabido, o titular da pasta, Mário Soares, fez questão em pautar a sua conduta abjurando de qualquer pendor para a chamada «caça às bruxas».

Os tempos frenéticos que se viveram tiveram inevitável reflexo na condução da política externa. Emergiam novos desafios, impondo mudanças e exigindo soluções, por vezes, a duras penas encontradas. Contudo, o que considero pertinente para esta exposição, é lembrar que, durante 4 meses, talvez dos mais agitados do processo em curso, o então Secretário Geral Calvet de Magalhães desempenhou um papel que será mister um dia avaliar.

Na sua qualidade de Chefe da Carreira, escorado em prestígio jamais posto em causa e na moderação e temperança por todos reconhecidas, coube-lhe articular as relações primordiais com o poder recém-instalado. Até à posse do novo titular da Pasta, dirigiu e assegurou a gestão do Ministério, emprestando-lhe o seu natural timbre de serenidade, por certo também transmitido nos sucessivos despachos com o general António de Spínola. Recordo, por ter vivido tais tempos, as alterações iniciadas sem sobressaltos, que só excepcionalmente terão afectado casos pessoais.

Por mais três meses desempenharia o cargo, concitando o respeito que de direito e pessoalmente era merecedor. Consagradora de uma carreira exemplar, veio a nomeação para Embaixador junto à Santa Sé. Posto cimeiro entre os mais cobiçados, perspectiva uma importância acrescida, perante a escalada de turbulência política em Portugal susceptível de envolver a própria Igreja. Desde cedo surgiram indícios nesse sentido com o aproveitamento partidário da questão do divórcio. Problema que de há muito afectava milhares de portugueses, vira-se bloqueado nas tímidas e erráticas diligências praticadas em finais do período marcelista. A nova conjuntura impunha alcançar uma solução, a um tempo célere e a contento de ambas as partes. Das negociações se encarregou o Embaixador Calvet de Magalhães, logo no Outono de 1974.

A missão apresentava-se à partida espinhosa e difícil. No factor tempo residia o maior obstáculo, conhecida a tradicional morosidade cautelosa da diplomacia vaticana. E, além do mais, implicaria rever uma Concordata anquilosada desde 1940. Como principal interlocutor perfilava-se o cardeal Casaroli, todo poderoso Secretário de Estado. Inúmeras foram as sessões de trabalho, prolongadas por vários meses. O empenho português em concluir a negociação antes das eleições presidenciais, parecia ameaçado. A afabilidade do diálogo não lograva transpor o maior dos óbices, que era o artigo relativo ao divórcio. Como poderia a Santa Sé abjurar de um princípio tão zelosa e afincadamente preservado?

Todavia, o impasse venceu-se graças a uma hábil e inspirada sugestão do Embaixador de Portugal: Suprimia-se o artigo em causa, sendo substituído por uma declaração unilateral da Igreja, aconselhando os católicos a não recorrerem aos Tribunais civis para dirimirem tal matéria. Qual «milagre», a partir desse momento, tudo se revolveu. A imediata anuência de Casaroli foi compensada pela garantia de se manter inalterável o restante articulado, o que não suscitou qualquer objecção do Governo de Lisboa. Vencido o grande escolho, Salgado Zenha assina no Vaticano, com pompa e circunstância, o Protocolo Adicional à Concordata a 13 de Fevereiro de 1975.

Em funções no mais privilegiado posto de observação, Calvet de Magalhães manterá um permanente canal informativo sobre os reflexos do processo político português. Período instável e confuso, não propícia outro contexto senão o de salvaguardar um relacionamento bilateral morno e sem sobressaltos.

Ainda assim, houve lugar ao atento seguimento de dois consistórios, resultantes da morte de Paulo VI e de João Paulo I. No plano protocolar registou-se a visita de Estado do Presidente Ramalho Eanes, à qual se conferiu o especial significado da reaproximação entre o Estado Pontifício e a outrora Nação «Fidelíssima», posteriormente reiterada pela deslocação, a título particular, do General Costa Gomes. Iguamente de relembrar a canonização da portuguesa Beatriz da Silva, nessa altura entronizada no altar dos eleitos.

O Ano Santo de 1975 marcou um ponto alto do Mundo Católico, que teve em Calvet de Magalhães a digna representação nacional. Se é possível condensar em 8 linhas o respeito e merecimento devidos a uma vida dedicada, durante 40 anos, ao serviço diplomático, assim o fez o ministro Diogo Freitas do Amaral por telegrama expedido para o Embaixador na Santa Sé:

«Ao cessarem as suas funções nesse posto, desejo manifestar Vexa mais sincero apreço por valiosos serviços tão dedicadamente prestou no decurso sua carreira, embora ainda muito espere da sua colaboração nesta Secretaria de Estado. Recordo especialmente relevantes serviços prestados por Vexa na defesa interesses portugueses na OCDE e como Director-Geral dos Negócios Económicos e Secretário Geral deste Ministério e por último forma tão distinta como se desincumbiu sua missão no Vaticano. Melhores cumprimentos».

Quatro décadas de actividade diplomática consagraram uma carreira de indiscutível sucesso. A disponibilidade abria-lhe agora novos horizontes. Capitalizado um saber de experiência feito, era tempo de se dedicar a um novo *munus*, o ensino, ao qual gostosamente se entregou, e à escrita, contemplando sem dúvida, a investigação histórica.

Muito antes da criação do actual Instituto Diplomático e de facto seu embrião, fundou-se o «Centro de Formação Diplomática e Consular» cuja direcção lhe é entregue. Doravante e até hoje, Calvet de

Magalhães moldará o conhecimento de muitos jovens sobre os conceitos da diplomacia e os meandros da sua prática.

Não é, desta feita, por acaso que em anos subsequentes nos brinda com três obras fundamentais, a saber: *A Diplomacia Pura* (1982); *Manual Diplomático* (1985) e *Breve História Diplomática de Portugal* (1990). Logo pelos títulos, somos levados a concluir da índole determinadamente pedagógica a todas elas subjacente. Preenchendo lacunas por colmatar, o autor não se desvia dos objectivos a que se propõe: Explanar, reflectir e sistematizar temas, que constituem o cerne para uma aprendizagem, não apenas do neófito, mas de quantos à matéria se dedicam ou por ela se interessam.

Ousaria dizer que *A Diplomacia Pura*, sem ser um trabalho apologético dos seus agentes, enfatiza, com enorme clareza e rigor, o valor insubstituível das suas funções. Tornou-se agora banal afirmar, quando tanto se privilegiam os contactos directos entre governantes, que o papel do diplomata se reduziu a uma quase nulidade. Só a aparência, porém, pode suscitar tal equívoco. A complexidade das relações internacionais exige hoje, mais do que nunca, a percepção da realidade, conjunturas e momentos. E, quem melhor do que o profissional poderá desempenhar-se dessa tarefa? Mas, como sublinhou o autor, importará distinguir o seu desempenho de agente que, «enquanto tal, actua exclusivamente no âmbito da diplomacia pura e não deve esquecer-se disso». Ou seja, pelo menos na teoria, mister é não confundir esse seu papel com o de interventor «na construção de uma dada política externa», que compete, neste caso, ao governante ou ao político. Daí a diferença entre diplomacia e política externa, conceitos, amiúde, tomados como afins, que traduzem, contudo, valores e procedimentos perfeitamente identificados. À primeira, avoca-se a missão do contacto prolongado, da análise e do diálogo intermédio. À segunda, incumbe a actuação de concretizar os resultados que interesses comuns propiciam.

Com feição acentuadamente propedêutica, o *Manual Diplomático* representa um instrumento de trabalho de enorme valia. Contando já quatro edições, volveu-se em *Vademecum* para o leitor que busque um acesso directo e objectivo ao Direito diplomático e à prática diplomática.

Sem temor de errar, pode dizer-se que este manual assume o papel da velha «sebenta», coimbrã, onde o indispensável não dá lugar a nada do acessório.

E a trilogia encerra-se com a *Breve História Diplomática de Portugal*. Na senda do grande pioneiro que foi o Embaixador Eduardo Brazão, esta síntese bem conseguida traça o panorama das relações externas portuguesas. Despida de «interpretações ou conclusões doutrinárias», releva a narrativa factual como primeiro passo do saber. Em breves mas precisas pinceladas toca praticamente todos os aspectos marcantes que pontuaram a nossa presença no Mundo.

Persistindo no campo da História Diplomática, em cuja área envereda por caminhos pouco explorados, traz a lume um aprofundado estudo das *Relações Diplomáticas entre Portugal e os EUA*. Ao desenvolver um tópico que já tratara no seu *Portugal and the Independence of the United States*, dissecou os vários capítulos do relacionamento bilateral entre 1776 e 1911, preenchendo uma lacuna de há muito sentida.

A rica vivência como Cônsul em Cantão, projectada pelos anos seguintes, serve-lhe de base ao livro, publicado em 1992, sob o título *Macau e a China no Após-Guerra*. Conforme antes mencionei, nele regista as vicissitudes do seu primeiro posto de grande responsabilidade. Trata-se também de uma cuidada reflexão, tocando o binómio nevrálgico que moldará o futuro daquele território português. E, diga-se ainda de passagem, é talvez o único escrito do autor onde perpassam invocações de ordem pessoal, das

quais é habitualmente parco, se não categoricamente omissivo. Fazendo um intervalo nos seus trabalhos histórico-diplomáticos, Calvet de Magalhães irá privilegiar uma nova temática: a biografia.

Retomando um gosto antigo, revelado em estudos precedentes sobre José Acúrcio das Neves, Antero de Quental, e Duarte Gomes Solis, volta a dedicar-se ao género, pouco cultivado em Portugal. Desse interesse nasce a obra sobre a vida de Eça de Queirós.

Motivo exaustivamente tratado por muitos que partilham da paixão queirosiana, dir-se-ia haver, à partida, espaço restrito de manobra para algo inovador. É pois, com sagacidade invulgar que se atém a facetas menos conhecidas ou mesmo ignoradas do percurso familiar e profissional do escritor-diplomata.

No próprio título original subjaz aquele propósito: *José Maria, a vida privada de um grande escritor*. A utilização do nome próprio como que franqueia, desde logo, a sua intimidade.

De leitura cativante, absorvente mesmo, a obra reflecte a simplicidade despreziosa que animou o autor na sua elaboração, ao despojar-se de formulas e teorias complexas ou pseudo-eruditas que pontilham criações semelhantes. O resultado aí está, em já 2ª edição, a atestar o favor de um público, ávido por conhecer uma vida de meandros largo tempo resguardados. Sem deslustre para o tratamento dos contornos familiares, assume particular atractivo o olhar penetrante sobre a trajetória profissional. Aliás, compreende-se a empatia, por domínio comum aos dois, sendo esta quiçá, a mais reveladoramente original.

O fascínio pelos estudos biográficos não se esgotou com este trabalho. Dois anos volvidos, isto é, em 1996, publica *Garrett, a vida ardente de um romântico*. À semelhança do anterior, afina o diapasão da análise por vertentes menos divulgadas da vida do escritor.

Quanto a mim e permita-se-me opinar, neste aspecto radica o que de mais interessante o autor nos transmite. Sempre pragmático, valoriza pormenores que, por vezes, nunca foram referenciados. E o cuidado da cronologia está sempre presente como elo indispensável ao desenrolar da narrativa.

A óptica assestada sobre Garrett mantém a primazia do culto pela trivialidade sem sofisticações. Da figura controversa traça o perfil humano, pujante de talento e fraquezas. Retrato de corpo inteiro, onde o personagem se funde com a sua época historicamente explicada.

Romance de um «romântico», não pactua com o conceito assumido nos seus excessos. Tal como o biografado, que recusa o epíteto, o autor cura de oferecer a imagem equilibrada de quem, naturalmente, reflecte o espírito do tempo em que se insere. Por isso são igualmente páginas de grande clareza tocando um período tão conturbado da nossa memória colectiva.

A rematar, por ora, mais uma triologia, desta feita no campo biográfico, Calvet de Magalhães escreve *Antero, a vida angustiada de um poeta*. Uma vez mais está-se perante uma abordagem feita através da óptica do leitor comum. Para este escreve sem alardes de erudição, prescindindo de todo e qualquer artefacto ou compromisso. O objectivo é um só: contar singelamente a atormentada história de um homem multifacetado.

Os diversos Anteros coincidem no ponto comum da angústia existencial. Personalidade complexa, revela-se um cadinho de aparentes ou reais contradições. Como bem destaca o autor, foi um «socialista que vivia dos seus rendimentos»; «uma natureza intrinsecamente bondosa que, esporadicamente explodia em cóleras violentas»; «um fidalgo de velha estirpe que vivia modestamente e se vestia como um pobre

campónio..., um descrente da monarquia que desprezava os republicanos; um pensador político que tinha uma visão catastrófica da vida política nacional e do futuro de Portugal, mas que era arreigadamente um patriota...».

Com tal mote irá glosar, cuidadosa e detalhadamente, a diversidade de aspectos que se interceptam, mas sempre contemplando o rumo humanista trilhado por Antero. A geração marcante a que pertenceu e da qual se tornou figura maior, serve como fundo do cenário narrativo. Pela admiração que suscitou, Antero granjeia amizades indeléveis. Andarilho do desassossego, parece querer fugir de si próprio ou, quem sabe, buscar um destino que jamais encontrará. Poeta acima de tudo, sobra-lhe talento para pensador, mais do que filósofo, literato e militante de um socialismo quiçá utópico.

De toda esta panóplia Calvet de Magalhães nos dá notícia para explicar a personagem antecipada no tempo e que, segundo Eça de Queirós, corporizou «um génio que era um santo».

Sem se alhear da historiografia, a esta volve com mais um trabalho de enorme oportunidade e interesse. Em parceria com Amado Cervo e prefaciado pelo Embaixador Dário de Castro Alves dá-se à estampa *Depois das Caravelas – as relações entre Portugal e o Brasil, 1808-2000*.

Por incrível que pareça, esta é a primeira obra que condensa e sistematiza o relacionamento sempre estreito entre os dois países. Designados como «Povos irmãos», a verdade é que não houvera quem se empenhasse em abarcar, num todo, os conhecimentos parcelares até então dispersos. Do Vice-Reino até aos nossos dias, ali se consignam articuladamente os capítulos mais significativos de uma solidariedade nem sempre bem entendida.

Extravasando as fronteiras da política, com justificado acento tónico na diplomacia, confere-se indispensável atenção ao comércio, às finanças, à emigração e à cultura. Tudo perpassa em metódico contexto, que ajuda a explicitar as coordenadas da actual realidade luso-brasileira. Este relance não esgota a vasta produção intelectual de Calvet de Magalhães. Muito ficou por dizer, sobretudo na área do jornalismo, onde assinou dezenas de artigos. Omissos ficam também vários capítulos em obras colectivas, de não despicienda importância.

Relutante a escrever as suas memórias, por considerá-las susceptíveis de provocar melindres desnecessários, recorreu ao humor e não só, para nos proporcionar alguns curiosos episódios da vida diplomática.

Diplomacia doce e amarga, sendo a sua mais recente publicação, poderá entreabrir a cortina de um palco pouco acessível ao grande público. E, oxalá, seja a antecâmara de futuros testemunhos sobre uma profissão, tantas vezes mais amarga do que doce.

¹ Comunicação apresentada em Sessão Extraordinária da Academia Portuguesa de História, no dia 23 de Abril de 2002, de homenagem ao Académico Emérito, Senhor Embaixador José Calvet de Magalhães, ora publicada por gentil deferência do Presidente daquela Instituição, Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, e a quem muito se agradece.